

CANDIDATURAS

Arquimedes - Candidaturas POPH

A Comissão Directiva do POPH abre candidaturas no âmbito da **Tipologia de Intervenção 6.4, 8.6.4. e 9.6.4**, destinadas a apoiar Projectos de consultoria inseridos em processos que visem conferir uma certificação de qualidade às organizações que trabalham no âmbito da reabilitação - "Programa Arquimedes".

Objectivos

- Apoiar a modernização dos serviços sociais relativos às deficiências e incapacidades em Portugal;
- Promover a actualização da adequação dos serviços aos novos paradigmas conceptuais e de intervenção e às necessidades dos cidadãos;

- Promover a capacitação das organizações, ao nível da gestão estratégica e operacional, e da gestão da qualidade;
- Apoiar a certificação da qualidade das organizações intervenientes;
- Optimizar os níveis de eficácia e eficiência das políticas, dos programas e da rede de respostas de apoio à promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiências e incapacidades.

Público-alvo

Organizações sem fins lucrativos, de direito público ou privado, que desenvolvam a sua actividade no âmbito da promoção da qualidade de vida e da inclusão social das pessoas com deficiências e incapacidades.



<http://www.poph.qren.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=488&newsID=1497>

EUROPA

Crianças e jovens em acção para defender os seus direitos



No âmbito de uma campanha de promoção dos direitos da criança, as crianças e os jovens da UE são convidados a participar num concurso de cartazes, até ao dia 31 de Outubro de 2008.

O concurso deste ano é subordinado à ideia de que **as crianças têm o direito de ser protegidas contra maus tratos e negligência**.

A Comissão espera que o concurso leve as crianças a falar das situações em que podem - e devem - procurar ajuda. Os participantes serão divididos em duas categorias em função da idade (10-14 anos e 15-18 anos) e deverão constituir equipas de, pelo menos, quatro elementos.



http://www.europayouth.eu/index_pt.htm
http://ec.europa.eu/news/culture/080908_1_pt.htm

Consulta pública aos jovens

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre o rumo a dar à política da juventude na UE.

A consulta pretende suscitar respostas às questões sobre os principais objectivos ou oportunidades que afectarão mais directamente os jovens, nomeadamente:

ensino e aprendizagem informal, emprego, discriminação, integração social e actividades de voluntariado dos jovens.

Os resultados serão publicados no site da Juventude da Comissão em http://ec.europa.eu/youth/index_en.htm.



<http://ec.europa.eu/yourvoice/ipm/forms/dispatch?form=Youthchallenges&lang=pt>

Luta contra o tráfico de crianças e as políticas nacionais

O Parlamento Europeu aprovou uma declaração escrita solicitando aos Estados-Membros que reconheçam a luta contra o tráfico de crianças como objectivo prioritário nas suas políticas nacionais de protecção da infância. Os eurodeputados consideram que as autoridades nacionais e as ONG "não estão a actuar eficazmente contra o tráfico de crianças, devido à

insuficiente cooperação transfronteiriça, à falta de formação especializada ou à inadequada aplicação das normas jurídicas existentes".

Anualmente, mais de dois milhões de crianças são objecto de tráfico para efeitos de trabalhos forçados e exploração sexual.



http://www.europarl.europa.eu/news/expert/infopress_page/017-37705-266-09-39-902-20080922IPR37704-22-09-2008-2008-false/default_pt.htm

Ajuda alimentar a mais famílias necessitadas da UE

A Comissão Europeia propõe um aumento do financiamento do programa de distribuição gratuita de alimentos (existente desde 1987) às pessoas mais necessitadas da UE. Devido à subida do preço dos alimentos, verificou-se um drástico aumento do número de famílias necessitadas, enquanto os excedentes da produção agrícola a que se costumava recorrer neste caso, atingiram os níveis mais baixos.

Segundo as estimativas, 43 milhões de pessoas na UE estão em risco de pobreza alimentar, isto é, não têm os meios necessários para poder comer uma refeição de carne ou peixe de dois em dois dias. A ajuda é distribuída em geral a uma grande diversidade de pessoas, incluindo famílias em dificuldade, pessoas idosas, sem abrigo, deficientes ou requerentes de asilo.



http://ec.europa.eu/news/agriculture/080917_1_pt.htm

Coligação europeia de política sobre ciganos



No primeiro Encontro Europeu sobre Ciganos (16 de Setembro), promovida pela Comissão Europeia, a Coligação Europeia de Política Cigana, constituída por um grupo de ONG europeias que trabalham no âmbito

da promoção e inclusão social dos ciganos, difundiu um comunicado onde "insiste que a UE se comprometa com

uma estratégia de longo prazo para que os direitos fundamentais dos ciganos sejam respeitados e protegidos".

A **proposta de declaração final do encontro** deste grupo tem como objectivo conseguir o maior apoio possível por parte dos representantes das instituições e organizações participantes neste âmbito.



A proposta de declaração final do encontro pode ser consultada na página da Fundação General Gitano
<http://www.gitanos.org/servicios/prensa/noticias/30014.html>

Informação sobre o evento

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=88&langId=en&eventId=105&furtherEvents=yes>

Promoção da inclusão social e combate à pobreza

O relatório da iniciativa do Parlamento Europeu "Promover a inclusão social e combater a pobreza, incluindo a pobreza infantil na União Europeia" foi votado pela Comissão do Emprego e Assuntos Sociais do PE.

A Comissão defende uma abordagem holística na erradicação da pobreza, que assegure um rendimento

adequado, qualidade dos empregos e melhor acesso aos serviços sociais e serviços de interesse geral.

É também solicitado que a pobreza infantil seja reduzida para 50% até 2012, tendo os Estados Membros de assegurar os recursos suficientes para atingir este objectivo. Na UE cerca de 19 milhões de crianças encontram-se em risco de pobreza.



<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A6-2008-0364+0+DOC+PDF+V0//EN&language=PT>

A luta contra a pobreza pouco visível na Agenda Social Renovada

Para a EAPN, existe espaço para o progresso na luta contra a pobreza e exclusão na Agenda Social Renovada, apresentada pela Comissão no passado mês de Julho. Mas, o facto da proposta relativamente à questão da pobreza não ter visibilidade na Agenda, coloca em questão o compromisso político existente relativamente aos progressos referentes a esta questão de base.

Esta é a avaliação que a EAPN faz numa carta enviada no mês de Setembro ao Presidente da Comissão Europeia e ao Comissário do Emprego e Assuntos Sociais.

Para a EAPN o progresso neste área só se verificará se houver compromisso de:

- Fortalecer a Estratégia Europeia de Inclusão Social (MAC);
- Determinar alvos europeus na luta contra a pobreza;
- Definir recomendações da Comissão relativamente à defesa dos esquemas de rendimento mínimo, acesso a serviços e acesso ao emprego para as pessoas mais afastadas do mercado de trabalho (Inclusão Activa);
- Fortalecer a legislação europeia relativamente à anti-discriminação.



<http://www.eapn.eu/content/view/549/30/lang,en/>

Um MAC mais forte, mas não o suficiente para fazer a diferença

A EAPN elaborou um documento com propostas e recomendações relativamente ao reforço do Método Aberto de Coordenação (incluído na Agenda Social Renovada). A EAPN considera positivo as boas intenções da Comissão, mas está preocupada com a falta da visão económica e social convincente e de um compromisso político explícito para combater os problemas crescentes da pobreza e exclusão social na UE. A EAPN considera que o documento da Comissão não assegura que o MAC proporcione uma estrutura efectiva no combate à pobreza e exclusão social.

O MAC é muitas vezes visto, pelos governos e outros actores, como uma estratégia fraca, pelo que não há um investimento adequado para que resulte e funcione. Para ser uma estratégia efectiva no combate à pobreza e exclusão social, o MAC tem que ser relançado, ser mais forte e visível, sustentado por um compromisso político explícito.



O MAC tem que ser a base da Agenda Social Renovada e da Estratégia de Lisboa pós 2010.

Propostas e recomendações

- 1) Fazer do progresso social uma prioridade política;
- 2) Colocar um MAC firme no centro da nova estratégia social;
- 3) Definir, neste momento, objectivos explícitos relativamente à pobreza e exclusão social;
- 4) Conhecimento mútuo profundo sobre as áreas prioritárias acordadas a nível da UE;
- 5) Visibilidade, monitorização efectiva e recomendações;
- 6) Definir planos de acção e implementá-los ao nível local/regional e nacional;
- 7) Apoiar, efectivamente, a participação das pessoas que experienciam a pobreza e as organizações que as apoiam no processo do MAC;
- 8) Assegurar que os fundos da UE são utilizados para apoiar a prática da inclusão social.



<http://www.eapn.eu/content/view/553/29/lang,en/>

PUBLICAÇÕES

Situação do emprego na UE – Outono 2008

A análise de dados recentes mostra que a situação do mercado de trabalho na UE, fruto do abrandamento da actividade económica, não registou qualquer crescimento. Bem pelo contrário, nos últimos quatro

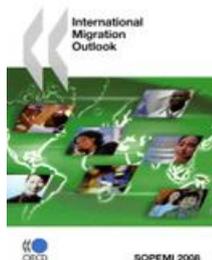
meses, o crescimento do emprego caiu 0,2%, enquanto a taxa de desemprego se manteve estável nos 6,8%. Por outro lado, a performance do mercado de trabalho varia substancialmente de Estado para Estado.



Quarterly EU Labour Market Review – Autumn 2008

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?langId=en&catId=89&newsId=394&furtherNews=yes>

Panorama sobre migração internacional 2008



O relatório mais recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) constata que os países desenvolvidos estimulam a imigração de trabalhadores altamente qualificados, sendo, no entanto, reticentes à entrada de mão-de-obra não qualificada, embora dela careçam.

Em 2006, entraram nos 30 países da OCDE cerca de 2,5 milhões de imigrantes sem especialização. Portugal, em 2006, tinha cerca de 42.000 imigrantes legais, apesar de só 2.800 pessoas terem obtido autorização de residência. No nosso país a principal ocupação dos imigrantes mantém-se na construção civil (14,8%).



http://www.oecd.org/document/3/0,3343,en_2649_33931_41241219_1_1_1_1,00.html

Base de dados sobre emprego e sem abrigo

A FEANTSA, desenvolveu uma base de dados europeia sobre o emprego e os sem abrigo. A base de dados, disponível na página de internet desta organização, permite um acesso fácil a fontes de informação importantes, incluindo relatórios nacionais e de investigação, bem como exemplos de boas práticas na área do emprego dos sem abrigo na UE.

Em Portugal, em 2005, dos "467 indivíduos de todo o país a viverem na rua, [verificou-se] que (...) 73%

estiveram desempregados. De entre estes, 44% estiveram na situação de desemprego mais do que uma vez e 27% a trabalhar com trajetórias instáveis e precárias (trabalho rotativo)". Por outro lado, "a procura activa de trabalho por parte desta população, de origem portuguesa, só acontece quando existe um suporte institucional".



<http://feantsa.horus.be/code/EN/pg.asp?Page=868>

Centro de Documentação REAPN

A REAPN dispõe de um **Centro de Documentação** que está **aberto ao público** para consulta das 9.30h às 12.30h e das 14.00h às 17.30h. O Centro encontra-se organizado segundo o sistema CDU (Classificação Decimal Universal) e dispõe dos seguintes **serviços**:

- _ Serviço de Leitura;
- _ Pesquisa e Informação Bibliográfica;
- _ Bibliografias Temáticas;
- _ Dossiers Temáticos;
- _ Serviço de Reprografia;
- _ Venda de Publicações REAPN.

Para um serviço mais rápido, os recursos existentes no Centro de Documentação estão disponíveis para pesquisa *online* em <http://www.reapn.org/documentacao.php>.



Armandina Heleno
Tel: 225 420 803 E-mail: armandina.heleno@reapn.org

Divulgação e pedidos de informação

Para a divulgação e solicitação de documentação (todos os documentos mencionados no boletim estão disponíveis no GI) contactar:

Gabinete de Informação da REAPN Tel: 225 420 802 Fax: 225 403 250 Site: www.reapn.org E-mail: angelina.lopes@reapn.org